

Punição de executivos preocupa investidor

Graziella Valenti

A qualidade exigida hoje dos executivos que ocupam os altos cargos das companhias é mais do que liderança, é maestria. Mas essa é uma capacidade rara e poucos são os casos de sucesso.

Entre esses, certamente, poderia estar a história do diretor financeiro com a capacidade de arrancar aplausos de analistas de mercado. Ou a de um presidente que é a cara da companhia, fonte para todos os assuntos: dos comerciais aos institucionais, e sempre com simpatia.

Ambos os casos seriam exemplos de grande êxito não fossem os abalos com punições dos órgãos reguladores dos mercados brasileiro e americano.

O primeiro é o do ex-diretor financeiro e de relações com investidores da Sadia Luiz Gonzaga Murat, que renunciou ao cargo depois de 12 anos de casa, em meio a rumores sobre uso de informações privilegiadas.

Poucos meses após sua saída, Murat foi penalizado pela Securities and Exchange Commission (SEC) por ter operado com ações da Perdigão no período em que a Sadia tentava comprar a concorrente. O desligamento de Murat e o início dos rumores sobre o uso de informação privilegiada fizeram com que a companhia perdesse R\$ 255 milhões de seu valor na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) num único dia, além de ter criado uma grande constrangimento para a companhia.

A segunda história é de Mario Cesar Pereira de Araujo, atualmente presidente da TIM Brasil. Ele deve recorrer da decisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tomada na quinta-feira, de inabilitá-lo como executivo pela sua atuação à frente da Tele Centro Oeste Celular, hoje incorporada ao grupo Vivo. Na época, a operadora adquiriu títulos de dívidas da própria controladora Splice, que corria risco de insolvência, num total aproximado de R\$ 700 milhões.

Procurado, Araujo não quis comentar o assunto. Disse estar tranqüilo e alegou ter deixado o tema para os advogados. A TIM também não se pronunciará.

Embora os casos sejam substancialmente diferentes em sua essência, abrem espaço para a discussão sobre como os altos executivos podem influenciar o valor de uma companhia.

Jairo Okret, sócio da empresa de seleção de executivos Korn Ferry, explica que a escolha do profissional adequado tem grande impacto sobre o valor do negócio, o que é ainda mais perceptível em empresas de capital aberto. "Cada vez mais a tecnologia é commodity. O que faz diferença são as pessoas."

No caso de Murat, além do status dentro e fora da companhia, ele foi o responsável pelas estratégias financeiras que, muitas vezes, responderam pela maior parte da lucratividade da Sadia.

"A credibilidade faz toda a diferença", destaca o sócio diretor da Ray & Berndston do Brasil, Luiz Wever. Segundo ele, a reputação desse profissional pode trazer ou afastar investidores.

No caso da TIM, a preocupação deve-se, especialmente, ao cenário. A operadora vive fase delicada com indefinições sobre o futuro da matriz e o pulso firme na gestão local é ainda mais requisitado. O analista do Bear Stearns Alexandre Constantini lembra que a administração da empresa sempre foi elogiada pela busca de crescimento com rentabilidade.

O risco da saída de Araujo trouxe temores aos investidores. A companhia sofreu perda de R\$ 460 milhões no seu valor de mercado, apenas na sexta-feira.

As dúvidas geraram movimentações entre os analistas de corretoras, que atenderam clientes tentando mensurar a relevância de Araujo para o futuro da TIM.

Para administrar situações como essas, a recomendação de consultores na seleção de executivos é para que as companhias acompanhem de perto os profissionais com potencial para cargos de alta responsabilidade.

"As empresas que não estão olhando seus talentos e fazendo planos de sucessão podem estar correndo riscos", pondera Okret, da Korn Ferry.

Felipe Assunção, sócio da A2Z, que também atua na escolha de executivos, destaca que a imagem é um dos maiores bens que um profissional pode ter e, portanto, é preciso zelar por ela.

Embora definitivos na gestão e, portanto, no desempenho de uma empresa, os executivos não são vistos como determinantes para a percepção de valor da marca.

O diretor-geral da Interbrand, especializada no tema, Alejandro Pinedo, diz que a administração afeta o resultado da empresa e, portanto, o curto prazo. Para ele, na maioria dos casos, não há reflexo para a marca, construída com esforços de longo prazo.

Leia mais:

O alto custo de vigiar os chefes malcomportados

The Economist

Julgamentos do século se tornaram um acontecimento anual no mundo dos negócios, graças à onda de escândalos empresariais ocorrida nos Estados Unidos. Mas o julgamento de Conrad Black, que começou em Chicago em 14 de março, poderá de fato merecer esse título, pelo menos como espetáculo. Em exibição estará um elenco épico, liderado pelo ex-magnata da mídia acusado (junto com outros três executivos) de pilhar sua companhia, a Hollinger, que já foi dona do "Daily Telegraph" no Reino Unido e do "Chicago Sun-Times" nos Estados Unidos.

Entre as testemunhas deverão estar Henry Kissinger, Donald Trump, Barbara Amiel, a esposa de Lord Black, e seu ex-sócio David Radler, que vai testemunhar contra ele. Os US\$ 42.870 em dinheiro da Hollinger que foram gastos em uma festa de aniversário de Lady Black é um dos principais exemplos dos ativos que teriam sido saqueados, graças ao domínio que Lord Black tinha sobre sua empresa.

A acusação será supervisionada por Patrick Fitzgerald, recém-saído de sua bem-sucedida caça a Lewis "Scooter" Libby, em um processo de obstrução da Justiça. No ano passado, a revista "People" escolheu Fitzgerald como um dos solteiros mais cobiçados dos Estados Unidos.

Se Lord Black for condenado, poderá pegar até 95 anos de cadeia. Seu advogado, Edward "Fast Eddie" Greenspan, deverá argumentar que a maioria dos gastos descritos como pilhagem foram aprovados pelo conselho da Hollinger, cujos membros agora alegam que foram enganados. Se isso servir como prenúncio, Dennis Kozlowski, ex-diretor-presidente da Tyco, também disse que seu conselho havia aprovado seus gastos extravagantes. Ele está na cadeia, cumprindo 25 anos.

Os defensores de Lord Black afirmam que a cura está sendo pior para os acionistas da Hollinger do que a doença - mas sem dúvida, os promotores vão responder que burlar a lei merece punição, independente de qualquer coisa. Lidar com os problemas após sua partida custou uma fortuna: o custo de US\$ 200 milhões das investigações superou em muito a soma que ele teria subtraído na alegação de "cleptocracia empresarial".

Os sussurros sobre uma punição desproporcional são ainda mais sonoros na alteração de datas de opções de ações, o outro escândalo empresarial do momento. Mais de 140 empresas estão

envolvidas e 70 executivos perderam seus empregos. Empresas que concedem opções de ações a funcionários estão sendo acusadas de escolher as datas dessas opções que proporcionam a eles preços mais favoráveis. A reviravolta mais recente no caso é que algumas empresas podem ter retroagido opções para tirar vantagem da queda dos preços das ações depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, aparentemente explorando uma crise nacional.

Embora possa não haver nada de ilegal nas alterações das datas por si só, a ocultação da prática ou o não lançamento contábil adequado podem constituir fraude. O UnitedHealth Group, uma das primeiras companhias envolvidas no escândalo, republicou na semana passada seus resultados, reduzindo os lucros em US\$ 1,55 bilhão relativos a um período de 12 anos. No ano passado, o escândalo custou o emprego de seu presidente, William McGuire.

No mercado, especula-se que Steve Jobs, da Apple, será o próximo alvo famoso dos promotores. O conselho da Apple o isentou de qualquer irregularidade, mas admite a ocorrência de algumas alterações em datas de opções de ações. Uma condenação poderia representar um custo enorme para os acionistas da Apple. Aliás, os acionistas sempre são as principais vítimas desse tipo de golpe.

A Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de valores mobiliários nos Estados Unidos, está lutando para encontrar uma punição adequada a esse crime. Comissários estão num impasse a meses, por não saberem se devem ou não ratificar uma proposta de acordo de US\$ 7 milhões com a Brocade Communications, que supostamente seria modelo para outras multas. No entanto, promotores da Califórnia parecem ter chegado a um juízo de proporção.

Em 14 de março foram abandonadas todas as acusações contra Patrícia Dunn, ex-presidente do conselho de administração da Hewlett-Packard, por sua participação num escândalo de espionagem no conselho que abalou a fabricante de computadores no ano passado. As graves acusações contra três outros acusados também foram derrubadas, depois que eles concordaram em se declarar culpados de transgressões menores e aceitarem prestar serviços à comunidade. Portanto, pelo menos um julgamento do século foi evitado.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 19 de mar. 2007. Empresas S.A., p. B2.